

edp

Renováveis

CENTRAL SOLAR NOVO ORIENTE III S.A.

CNP/JME nº 41.825.337/0001-15
Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023

Notas

31/12/2023

31/12/2022

Balancos patrimoniais - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

ATIVO

Circulante

Caixa e equivalente de caixa

7

482

1.234

482

1.234

Não circulante

Partes relacionadas

Imobilizado

8

10

141.836

1

946

141.837

946

Total do ativo

142.319

2.180

Notas explicativas são parte das demonstrações financeiras

Notas explicativas das demonstrações financeiras

Notas

31/12/2023

31/12/2022

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Passivo

Circulante

Impostos a pagar

Fornecedores

Empréstimos e financiamentos

Derivativos contratados

8

13

9

11

5.870

55.832

714

62.858

442

5.870

-

-

879

Não circulante

Partes relacionadas

Derivativos contratados

8

13

21.860

-

350

1.427

21.860

1.777

84.718

2.656

Total do passivo

14

57.851

-

(1.427)

(250)

57.601

(479)

57.121

2.180

Patrimônio Líquido

Capital social

Resultados abrangentes

Prejuízos acumulados

16

946

(753)

183

114

946

(753)

183

114

946

Total do passivo e patrimônio líquido

142.319

2.180

Notas explicativas são parte das demonstrações financeiras

Notas explicativas das demonstrações financeiras

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Central Solar Novo Oriente III S.A. ("Companhia" ou "NOS III"), Sociedade Anônima de capital fechado, constituída em Maio de 2021, tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, implantação, operação comercial, manutenção, a exploração do potencial da Central Solar Novo Oriente III, a comercialização da energia a ser gerada por esse empreendimento, bem como a prática de atos de comércio em geral, relacionados a essas atividades. A Companhia tem sede e foro na Avenida Faria Lima, nº 3729, 9º andar, sala 48, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. A controladora direta é a EDP Renováveis Brasil S.A. e a controladora final é a EDP - Energias de Portugal S.A. 1.1 Autorização do Parque Solar Novo Oriente III: Em 27 de janeiro de 2022 o Parque Solar foi autorizado pela ANEEL a explorar a atividade de geração de energia na modalidade de produtor independente por 35 anos, com término da autorização em 18 de janeiro de 2057. Em abril de 2022 a Companhia vendeu 12,81 MW médio de energia por um período de 15 anos no Mercado Livre para um grande consumidor, a partir da sua entrada em operação comercial, por meio do projeto de geração solar Novo Oriente III, localizado no estado de São Paulo, região sudeste do Brasil. O Parque solar encontra-se em construção, com data prevista para entrada em operação no 2º semestre de 2024.

Empresa

Central Solar Novo Oriente III

Jansias

Central Solar Novo Oriente III

Modalidade

Produtor Independente

Outorga

Autorização

Estado

SP

Capacidade instalada (MW)

42,53

Data do início da outorga

27/01/2022

Autorização / Registro

Término

18/01/2057

1.1 Capital circulante líquido negativo

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou um capital circulante líquido negativo (RS 62.376), devido ao fato de o parque solar estar em fase de desenvolvimento e construção. O equacionamento do capital de giro no exercício de 2024 será alcançado da seguinte forma (i) liberação do financiamento junto aos Bancos de Desenvolvimento (ii) aporte de capital da sua controladora (iii) entrada em operação comercial a partir do 2 semestre de 2024.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade:

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (*IFRS® Accounting Standards*)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 10 de junho de 2024. 2.2 Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 4.

3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de Reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são realizadas prospectivamente. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de eventualmente causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios sociais, estão contempladas nas seguintes notas explicativas. Imobilizado: determinação do valor recuperável do imobilizado, com base nos estudos de viabilidade do projeto. (nota explicativa nº 10);

5. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão classificadas da seguinte maneira: reconhecimento de receita consistente nos exercícios apresentados salvo disposição em contrário. **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo amortizado que equivale ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço. **b) Imobilizado:** Terrenos, edificações e máquinas e equipamentos compreendem, principalmente, o parque solar. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira. O custo histórico também pode incluir o custo de gestão de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e na instalação do empreendimento, são reconhecidas como custo dos parques solares e depreciadas pelo período de operação dos devidos parques, limitados ao prazo de autorizações e registros. Os ganhos e as perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos pelo valor líquido, em outras receitas/despesas operacionais. **c) Redução ao valor recuperável de ativos não circulantes:** São avaliados ao longo da vida útil econômica quanto à sua recuperabilidade por meio de cálculos de preço de venda efetivo. **d) Provisões:** Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão de acordo com a expectativa das respectivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada exercício, é reconhecida em resultados. **e) Demais passivos circulares e não circulares:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço. **f) Operações de arrendamento - CPC 06 (R2):** No conceito de um contrato deve-se determinar se ele é ou contém um arrendamento. Um ativo específico é o objeto de um arrendamento caso o cumprimento do contrato dependa do uso daquele ativo. O contrato transfere o direito de usar o ativo caso o contrato transfira o uso do ativo para o contratante, seja este o ativo subjacente. Os arrendamentos, nos quais os riscos e benefícios permanecem substancialmente com o arrendador, são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos e/ou recebimentos relacionados aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesas e/ou receitas na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento. Os arrendamentos, nos quais se contemplam não só o direito de uso de ativos, mas também a transferência substancial dos riscos e benefícios para o arrendatário, são classificados como arrendamentos financeiros. Para os arrendamentos financeiros em que a Companhia atua como arrendatária, os bens são capitalizados no ativo imobilizado no início do arrendamento, em contrapartida a um passivo mensurado pelo menor valor entre o custo de aquisição do bem arrendado e o valor presente do pagamento mínimo líquido do imobilizado é depreciado de acordo com a política aplicável para o ativo. Em ambos os casos, as receitas/despesas financeiras são reconhecidas no resultado do exercício durante o período do arrendamento, de modo que seja obtida uma taxa constante sobre o saldo do investimento e/ou passivo existente. **j) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social correntes registradas no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas às alíquotas de 8% e 12%, respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo a legislação vigente. Sobre a base de cálculo para o imposto de renda, são aplicadas as alíquotas de 15%, acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%. As despesas com Imposto de renda e contribuição social correntes são reconhecidas no resultado a menos que estejam relacionadas a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido ou em Outros resultados abrangentes. Os juros e multas relacionados aos impostos de renda e a contribuição social, incluindo tratamento fiscalis incertas, são contabilizados de acordo com o CPC 32/IAS 12 - Tributos sobre o Lucro e o ICP 22 / IFRIC 23. **k) Capital social:** Ações ordinárias são classificadas como Capital social, sendo reconhecidas como dedução ao Patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e o custo de qualquer efeito de distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros Sobre Capital Próprio - USJP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95 e regulamentação posterior. **Adiantamentos para futuro aumento de capital ("AFAC"):** Adiantamentos para futuro aumento de capital ("AFAC") representam adiantamentos de recursos recebidos da controladora e destinados a aporte de capital que são concedidos em caráter irrevogável. São reconhecidos pelo valor justo e classificados como patrimônio líquido na controladora, e no investimento da controladora. São reconhecidos pelo valor justo e classificados como passivo não circulante quando não ocorrem os eventos que resultariam na sua extinção. São reconhecidos pelo valor justo e classificados como passivo não circulante quando não ocorrem os eventos que resultariam na sua extinção. São reconhecidos pelo valor justo e classificados como passivo não circulante quando não ocorrem os eventos que resultariam na sua extinção. São reconhecidos pelo valor justo e classificados como passivo não circulante quando não ocorrem os eventos que resultariam na sua extinção. São reconhecidos pelo valor justo e classificados como passivo não circulante quando não ocorrem os eventos que resultariam na sua extinção. São reconhecidos pelo valor justo e classificados como passivo não circulante quando não ocorrem os eventos que resultariam na sua extinção. São reconhecidos pelo valor justo e classificados como passivo não circulante quando não ocorrem os eventos que resultariam na sua extinção. São reconhecidos pelo valor justo e classificados como passivo não circulante quando não ocorrem os eventos que resultariam na sua extinção. São reconhecidos pelo valor justo e classificados como passivo não circulante quando não ocorrem os eventos que resultariam na sua extinção. São reconhecidos pelo valor justo e classificados como passivo não circulante quando não ocorrem os eventos que resultariam na sua extinção. São reconhecidos pelo valor justo e classificados como passivo não circulante quando não ocorrem os eventos que resultariam na sua extinção. São reconhecidos pelo valor justo e classificados como passivo não circulante quando não ocorrem os eventos que resultariam na sua extinção. São reconhecidos pelo valor justo e classificados como passivo não circulante quando não ocorrem os eventos que resultariam na sua extinção. São reconhecidos pelo valor justo e classificados como passivo não circulante quando não ocorrem os eventos que resultariam na sua extinção. São reconhecidos pelo valor justo e classificados como passivo não circulante quando não ocorrem os eventos que resultariam na sua extinção. São reconhecidos pelo valor justo e classificados como passivo não circulante quando não ocorrem os eventos que resultariam na sua extinção. São reconhecidos pelo valor justo e classificados como passivo não circulante quando não ocorrem os eventos que resultariam na sua extinção. São reconhecidos pelo valor justo e classificados como passivo não circulante quando não ocorrem os eventos que resultariam na sua extinção. São reconhecidos pelo valor justo e classificados como passivo não circulante quando não ocorrem os eventos que resultariam na sua extinção. São reconhecidos pelo valor justo e classificados como passivo não circulante quando não ocorrem os eventos que resultariam na sua extinção. São reconhecidos pelo valor justo e classificados como passivo não circulante quando não ocorrem os eventos que resultariam na sua extinção. São reconhecidos pelo valor justo e classificados como passivo não circulante quando não ocorrem os eventos que resultariam na sua extinção. São reconhecidos pelo valor justo e classificados como passivo não circulante quando não ocorrem os eventos que resultariam na sua extinção. São reconhecidos pelo valor justo e classificados como passivo não circulante quando não ocorrem os eventos que resultariam na sua extinção. São reconhecidos pelo valor justo e classificados como passivo não circulante quando não ocorrem os eventos que resultariam na sua extinção. São reconhecidos pelo valor justo e classificados como passivo não circulante quando não ocorrem os eventos que resultariam na sua extinção. São reconhecidos pelo valor justo e classificados como passivo não circulante quando não ocorrem os eventos que resultariam na sua extinção. São reconhecidos pelo valor justo e classificados como passivo não circulante quando não ocorrem os eventos que resultariam na sua extinção. São reconhecidos pelo valor justo e classificados como passivo não circulante quando não ocorrem os eventos que resultariam na sua extinção. São reconhecidos pelo valor justo e classificados como passivo não circulante quando não ocorrem os eventos que resultariam na sua extinção. São reconhecidos pelo valor justo e classificados como passivo não circulante quando não ocorrem os eventos que resultariam na sua extinção. São reconhecidos pelo valor justo e classificados como passivo não circulante quando não ocorrem os eventos que resultariam na sua extinção. São reconhecidos pelo valor justo e classificados como passivo não circulante quando não ocorrem os eventos que resultariam na sua extinção. São reconhecidos pelo valor justo e classificados como passivo não circulante quando não ocorrem os eventos que resultariam na sua extinção. São reconhecidos pelo valor justo e classificados como passivo não circulante quando não ocorrem os eventos que resultariam na sua extinção. São reconhecidos pelo valor justo e classificados como passivo não circulante quando não ocorrem os eventos que resultariam na sua extinção. São reconhecidos pelo valor justo e classificados como passivo não circulante quando não ocorrem os eventos que resultariam na sua extinção. São reconhecidos pelo valor justo e classificados como passivo não circulante quando não ocorrem os eventos que resultariam na sua extinção. São reconhecidos pelo valor justo e classificados como passivo não circulante quando não ocorrem os eventos que resultariam na sua extinção. São reconhecidos pelo valor justo e classificados como passivo não circulante quando não ocorrem os eventos que resultariam na sua extinção. São reconhecidos pelo valor justo e classificados como passivo não circulante quando não ocorrem os eventos que resultariam na sua extinção. São reconhecidos pelo valor justo e classificados como passivo não circulante quando não ocorrem os eventos que resultariam na sua extinção. São reconhecidos pelo valor justo e classificados como passivo não circulante quando não ocorrem os eventos que resultariam na sua extinção. São reconhecidos pelo valor justo e classificados



continuação

	Valor contábil	Total	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Empréstimos e financ.	55.832	55.832	55.832	-	-	-
Fornecedores	5.870	5.870	5.870	-	-	-
Partes relacionadas	21.860	21.860	-	21.860	-	-
Total	83.562	83.562	61.702	21.860	-	-

17.4 Risco de crédito: O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de "Caixa e equivalente de caixa". O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data de 31 de dezembro de 2023 é:

Caixa e equivalentes de caixa	482	1.234
Total	482	1.234

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura, planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras. Esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais. Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias de Portugal, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos. As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias de Portugal, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o rating do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas. 17.5 Risco Cambial: O Grupo atua internacionalmente e está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao euro e ao dólar. A administração estabeleceu uma política que exige que as empresas do Grupo administrem seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. As empresas do Grupo, cujas operações estão expostas ao risco cambial, são requeridas a proteger suas posições

CENTRAL SOLAR NOVO ORIENTE III S.A. | CNPJ/ME nº 41.825.337/0001-15

via operações de hedge, efetuadas sob a orientação da Tesouraria do Grupo. As transações previstas altamente prováveis, protegidas por hedge, mantidas em moeda estrangeira devem ocorrer em diversas datas durante os próximos 12 meses. Ganhos e perdas reconhecidos como reserva de hedge no patrimônio líquido referentes a contratos de câmbio a termo, em 31 de dezembro de 2023, são reconhecidos na demonstração do resultado no período ou nos períodos em que a transação prevista e protegida por hedge afetar o resultado. Isso ocorre, geralmente, no período de 12 meses da data do balanço, a menos que o ganho ou a perda estejam incluídos no valor inicial reconhecido para a aquisição de bens do ativo imobilizado e, nesse caso, o reconhecimento é feito durante a vida útil do ativo. 17.6 Riscos regulatórios: As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pela agência reguladora (ANEEL) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, COEE, ONS etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre sua atividade.

18. COMPROMISSOS CONTRATUAIS E GARANTIAS

18.1 Compromissos contratuais: Em 31 de dezembro de 2023, os compromissos de compras e as responsabilidades de locações operacionais (que não estão registrados nas demonstrações financeiras), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

	< 1 ano	1 - 3 anos	3 - 5 anos	> 5 anos	Total
Obrigações de compras	42	28	-	-	71
Total	42	28	-	-	71

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia. 18.2 Obrigações de compra: As obrigações de compra incluem os produtos e serviços de manutenção dos parques eólicos no âmbito da atividade operacional da Companhia. 18.3 Garantias

Tipos de garantias oferecida

	31/12/2023	31/12/2022
Seguro garantia e fianças (a)	50	-

a) Seguro garantia: seguro destinado aos órgãos públicos e às empresas privadas com o objetivo de garantir o fiel cumprimento das obrigações contratuais estipuladas pelas partes, conforme descrito no processo de elaboração das demonstrações financeiras. O seguro é usado em relações contratuais feitas com terceiros que desejam mitigar ou anular o risco de descumprimento com seus fornecedores, prestadores de serviços, entre outros. O Seguro garantia refere-se à Garantia para participação em Leilão.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

19. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia tem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros, não sendo objeto do trabalho dos nossos auditores independentes avaliar a suficiência dessas coberturas. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações financeiras e consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Descrição	Ramos da apólice	Limite Máximo de Indenização
Ativo imobilizado	Riscos operacionais	1.214
Responsabilidade civil	Geral	56

20. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS TRIBUTÁRIOS E CÍVEIS

A Companhia está sujeita a processos judiciais e procedimentos administrativos no âmbito trabalhista, previdenciário, tributário, cível e ambiental. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores legais, não possui causas cujo desfecho desfavorável é avaliado como provável ou possível.

21. MEIO AMBIENTE

A Companhia está sujeita a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas contra a Companhia por eventual inobservância da legislação. Os gastos de natureza ambiental acumulados até 31 de dezembro de 2023 foram de R\$ 1.237 (2022 R\$ 0,00), sendo registrado no resultado do exercício dispêndios relativos a monitoramento da fauna.

Diretoria

Paula Ferrareto Dalbello - Diretora

Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior - Diretor

Alfredo Antônio Tessari Neto - Contador - CRC nº 1SP176534/O-5

Aos Administradores e Acionistas

Central Solar Novo Oriente III S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Solar Novo Oriente III S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em termos dos aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor independente sobre as demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética do Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de junho de 2024

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia

Contador

CRC 1BA029904/O-5

